

# A caminhada como produtora de sentidos: uma etnografia das experiências de “caminhadas na natureza” no âmbito de uma política pública

Autor:  
Toniol, Rodrigo

Revista:  
Revista Transporte y Territorio

2011, 5, 29-47



Artículo

---

## ARTÍCULO

Rodrigo Toniol

### A CAMINHADA COMO PRODUTORA DE SENTIDOS: UMA ETNOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS DE “CAMINHADAS NA NATUREZA” NO ÂMBITO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

*Revista Transporte y Territorio N° 5, Universidad de Buenos Aires, 2011.*

---



**Revista Transporte y Territorio**  
**ISSN 1852-7175**  
[www.rtt.filo.uba.ar](http://www.rtt.filo.uba.ar)

[Programa Transporte y Territorio](#)  
Instituto de Geografía  
Facultad de Filosofía y Letras  
Universidad de Buenos Aires



---

#### Cómo citar este artículo:

TONIOL, Rodrigo. 2011. A caminhada como produtora de sentidos: uma etnografia das experiências de “caminhadas na natureza” no âmbito de uma política pública. *Revista Transporte y Territorio N° 5, Universidad de Buenos Aires*. pp. 29-47. <[www.rtt.filo.uba.ar/RTT00503029.pdf](http://www.rtt.filo.uba.ar/RTT00503029.pdf)>

*Recibido: 1 de mayo de 2011*  
*Aceptado: 21 de julio de 2011*



# A caminhada como produtora de sentidos: uma etnografia das experiências de “caminhadas na natureza” no âmbito de uma política pública.

Rodrigo Toniol\*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a experiência de caminhadas na natureza promovidas no âmbito de uma política pública no Estado do Paraná/Brasil. A partir de uma perspectiva que problematiza dicotomias como mente/corpo, natureza/cultura e sujeito/objeto procura-se investigar o modo pelo qual esta política tem contribuído para institucionalizar certo “idioma ambiental” a partir da prática de caminhadas em paisagens “naturais”. Para tanto, sugiro que se compreenda o ato de caminhar não como um acessório para o conhecimento já incorporado sobre o mundo, mas como um modo de conhecê-lo e de produzir sentidos sobre ele.

## ABSTRACT

This article aims to study the experience of nature walks promoted as part of a public policy in the State of Parana, Brazil. From a perspective that questions dichotomies as mind/body, nature/culture and subject/object the paper seeks to investigate the way in which this policy has helped to institutionalize certain “environmental language” from the practice of walking not as an accessory to the knowledge already embedded on the world, but as a way to meet him and making sense about it.

**Palabras Claves:** Caminadas; Naturaleza; Corporeidad; Paisaje.

**Palavras-chave:** Caminhadas; Natureza; Corporeidade; Paisagem.

**Keywords:** Walk; Nature; Embodiment; Landscape.

## 1. INTRODUÇÃO

A análise de práticas que podem ser descritas como de mobilidade territorial é desigual nas Ciências Sociais. Algumas delas, tais como as migrações e as peregrinações, têm longa tradição enquanto foco de interesse empírico da antropologia e da sociologia, tendo sido, inclusive, apropriadas com base em diferentes paradigmas de interpretação<sup>1</sup>. Outras, por sua vez, consolidaram-se como agenda de investigação apenas nos últimos trinta anos, mas já se constituem enquanto um importante campo de investigação para antropólogos, sociólogos e geógrafos. Esse é o caso do turismo, dos trabalhos sazonais e das viagens, por exemplo<sup>2</sup>. Neste texto, nos dedicaremos à análise de um tipo de deslocamento que, embora primevo, pouco foi tematizado como objeto de pesquisa, trata-se das caminhadas, ou do ato de caminhar.

Uma importante marca da apropriação da caminhada como tema de reflexão nas Ciências Sociais – e que permaneceu como a única por alguns anos – foi o capítulo intitulado “A fala dos passos perdidos” no livro “A invenção do Cotidiano” de Michel de Certeau (1994).<sup>3</sup> Duas passagens iniciais desse texto dão a dimensão de como De Certeau concebe as caminhadas cotidianas:

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil – [rodrigo.toniol@gmail.com](mailto:rodrigo.toniol@gmail.com)

<sup>1</sup> Para uma revisão sobre peregrinações ver: Steil, 2002; Steil, 2003; Steil, 2009; Toniol, 2011.

<sup>2</sup> Para uma revisão sobre viagens ver: Amirou, 1995; sobre trabalhos sazonais ver: Dawsey, 2005; sobre turismo ver: Barreto, 2000; Barreto, 2003; Silveira, 2007.

<sup>3</sup> Marcel Mauss em seu famoso ensaio “As técnicas do corpo” (2003) já havia se referido à prática de caminhadas. Retomarei a essa referência a seguir.



*O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos (De Certeau, 1994: 177).*

*As caminhadas dos pedestres apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a “torneios” ou “figuras de estilo”. Existe uma retórica da caminhada. A arte de “moldar” frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos. Tal como a linguagem ordinária, esta arte implica e combina estilos e usos (De Certeau, 1994: 179).*

A relação que Michel De Certeau estabelece entre caminhada e linguagem é a de uma via de mão dupla em que, tanto as estruturas narrativas têm valores de sintaxes espaciais, como os deslocamentos no espaço adquirem valores narrativos. Ao se deslocarem, os caminhantes moldam espaços, seguem por trajetos já traçados, mas também podem subvertê-los e reorganizá-los. Para De Certeau, o ato de caminhar é um espaço de enunciação com uma tríplice função, em que cada um dos termos encontra paralelo com a língua: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre – assim como o locutor se apropria e assume a língua; é uma realização espacial do lugar – assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua; implica o estabelecimento de relações entre posições diferenciadas – assim como a língua coloca seus falantes em relação (De Certeau, 1994:177). As caminhadas dos pedestres tornam-se, conforme essa perspectiva, *retóricas ambulatórias* que moldam percursos como os falantes moldam frases.

Tais *retóricas* são formuladas, para De Certeau, a partir da articulação entre lugar e espaço. Lugar é aquilo que está estabelecido, já espaço é o lugar praticado, uma espécie de efeito da criatividade que desloca e transgride o lugar prescrito. Nesse sentido, o espaço está para o lugar assim como a língua falada está para a gramática.

O efeito de estabelecer essa relação homóloga entre aqueles que falam e aqueles que caminham foi duplo para a produção de outras reflexões sobre caminhadas cotidianas. Por um lado, por meio desse paralelo, De Certeau garantiu que o ato ordinário de caminhar adquirisse “dignidade de atenção” para pesquisadores de diferentes áreas. Por outro, essa hipotética paridade entre a ação daqueles que falam e daqueles que caminham limita as múltiplas possibilidades de compreensão desse tipo de deslocamento como detentor de características específicas, que estão além daquelas do idioma.

A proposta deste artigo segue a sugestão de De Certeau e assume o deslocamento de caminhantes como ação possível de ser concebida enquanto objeto de reflexão antropológica. Contudo, procurarei avançar e reconhecer o ato de caminhar como produtor de sentidos com características específicas, cujas análises não podem estar limitadas a reconhecer possíveis paralelos com expedientes lingüísticos. Situo-me, portanto, como partícipe de um esforço mais amplo que tem concebido esse tipo de deslocamento como uma prática capaz de produzir sentidos sobre o corpo e a paisagem<sup>4</sup>. Isto é, trata-se de percebê-la não apenas como efeito de modos de “experimentar-o-mundo” já instituídos, mas como ação produtora de sentido sobre o mundo.

Tendo em vista tal perspectiva, elejo como foco de interesse empírico uma série de caminhadas promovidas no âmbito de uma política pública do Estado do Paraná (Brasil) denominada “Caminhadas na Natureza”. Mais especificamente, me deterei, aqui, na I Caminhada Internacional da Natureza de Ivaiporã. Trata-se de caminhadas formuladas no âmbito de uma política governamental que tem como objetivo o fortalecimento do turismo rural e da agricultura familiar em municípios de vocação agrícola nesse estado. Tais atividades articulam esferas federais, estaduais e municipais do poder público brasileiro a partir da mobilização de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do governo federal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a

<sup>4</sup> Refiro-me, aqui, sobretudo ao empreendimento teórico-metodológico apresentado por Ingold e Vergunst em “Ways of Walking” (2008).



Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) no estado do Paraná, diversas secretarias municipais, além da Organização Não-Governamental Anda Brasil. Do ponto de vista governamental, o projeto "Caminhadas na Natureza" está relacionado com um esforço de estimular o turismo rural em áreas cujo "potencial paisagístico" permitiria que esse tipo de atividade econômica contribuísse para o desenvolvimento da região.

Embora a quantidade de investigações acerca do turismo rural tenha aumentado significativamente nas últimas duas décadas, poucas foram as que privilegiaram a experiência do turista e dos produtores rurais envolvidos nesse tipo de atividade. No Brasil, essa falta se deu, ao menos em parte, porque a produção acerca dessa temática é realizada, em sua maioria, por pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e áreas afins, mais preocupados em avaliar o impacto econômico de tais atividades e seu processo de implementação.

Motivado pela percepção dessa lacuna nos estudos sobre turismo rural, neste artigo procurarei investir na reflexão acerca da experiência dos caminhantes e dos organizadores dessas atividades vinculadas ao programa em questão. Com isso, buscarei avançar não apenas na problematização do ato de caminhar como ação possível de ser tematizada antropológicamente, como também refletirei sobre essa política de turismo enquanto prática capaz de promover sentidos específicos sobre paisagens rurais.

O que está em jogo, é compreender as caminhadas como ações capazes de promover um modo específico de experimentar o mundo, que, no caso da política estudada, está relacionado com uma maneira de estabelecer a relação Humano-Natureza. Minha hipótese é que as caminhadas promovidas no âmbito desse programa contribuem para a expansão de certo ideário ecológico entre caminhantes e produtores rurais envolvidos na organização das atividades. O deslocamento de uma caminhada na natureza não é, portanto, apenas um deslocamento corpóreo, como também um deslocamento da subjetividade do caminhante e de como esse sujeito se engaja no mundo em que caminha.

O presente artigo está dividido em três partes. Em um primeiro momento, apresento alguns dos aportes teóricos que permitem refletir sobre o deslocamento ao longo das caminhadas como produtor de sentidos sobre o mundo. Noutro momento, apresento mais detalhadamente a política de "Caminhadas na Natureza", situando-a num quadro mais amplo de políticas voltadas para a relação Humano-Natureza. Para tanto, elaboro uma narrativa etnográfica sobre a preparação e feitura de uma caminhada promovida no âmbito dessa política. Por fim, teço alguns comentários finais sobre como essa política pública promove práticas, subjetividades, experiências e modos de experimentar o mundo não apenas para aqueles que as realizam como também para os que as organizam.

## 2. CAMINHADA COMO OBJETO DE REFLEXÃO ANTROPOLÓGICO

Anterior à já citada problematização sobre o ato de caminhar elaborada por De Certau (1994), é a menção feita por Marcel Mauss, em seu texto "As Técnicas Corporais" (2003), acerca da possibilidade de se incluir as caminhadas na agenda de certa etnologia comparativa. A alusão às caminhadas no texto de Mauss é rápida e não tem como objetivo colocar esse tipo de deslocamento no centro de suas reflexões, mas propõe o seu estudo como exemplar no que se refere a existência de técnicas corporais internalizadas. Mauss conceituou essas técnicas de *habitus*:

*(...) [habitus não variam] simplesmente com os indivíduos e suas imitações, mas sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática e coletiva individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição (Mauss, 2003: 404).*



Caminhadas seriam, assim, para Mauss, um tipo de habitus. Mais tarde, Pierre Bourdieu ampliou a extensão desse conceito e ultrapassou a idéia de habitus como uma coleção de práticas. Para o autor, trata-se, antes disso, de um sistema de disposições duradouras, princípios inconsciente e coletivamente inculcados para a geração e a estruturação de práticas e representações.

*O habitus é a mediação universalizante que torna a prática de um agente individual, sem razão explícita ou propósito significativamente, "sensata" e "razoável" apesar de tudo. Essa parte das práticas que permanece obscura aos olhos de seus próprios produtores é o aspecto pelo qual elas são objetivamente ajustadas a outras práticas e às estruturas cujo princípio de produção é ele mesmo um produto (Bourdieu, 2008: 72).*

Bourdieu refuta a dicotomia sujeito/objeto ao relacionar o *habitus* tanto com a dimensão corpórea dos sujeitos, como com as estruturas sociais estruturadas. Desde essa perspectiva, o modo de caminhar, por exemplo, não seria meramente a expressão de pensamentos e sensações que já foram transmitidos por meio de uma educação afinada a certos preceitos culturais, mas a própria caminhada seria uma forma de pensar e sentir através da qual formas culturais seriam continuamente geradas.

Contudo, proponho seguir a sugestão de Ingold e Vergunst (2008) e de Sheets-Johnstone (1999) e fazer essa proposição ao reverso argumentando que pensar e agir são modos de caminhar. Para tanto, é necessário ampliar a noção de caminhar e, por conseguinte, reconhecer que pensar e sentir não se reduz ao estabelecimento de relação entre um estado subjetivo da mente e uma objetividade dada pelas condições materiais do mundo, mas, antes disso, conceber o ato de deslocar-se como fundamental para a experiência, interpretação e conhecimento do mundo. Isto é, movimento, aqui, não é um acessório para o conhecimento já incorporado sobre o mundo, mas é ele mesmo um modo de conhecê-lo.

O corpo, nesta perspectiva, adquire significativa relevância na medida em que é objeto e sujeito do deslocamento. Constituindo-se, portanto, não apenas como um mero receptáculo de estímulos e inscrições culturais já construídas, mas como o próprio solo existencial da cultura (Csordas, 2009). E, neste sentido, "se o corpo é fundamento da cultura, caminhar – ou pensar em movimento – é fundamento para ser um corpo" (Ingold, Vergunst: 2008:3).

Tão fundamental quanto o corpo para elaborar teoricamente a relevância da caminhada enquanto ato possível de ser refletido antropologicamente é a noção de paisagem. Numa tentativa de estabelecer alguns dos pressupostos que permitem esse tipo de problematização desenvolvo a seguir o modo pelo qual concebo os conceitos de paisagem e corpo.

### **3. ANTROPOLOGIA DA PAISAGEM: TASKSCAPE, LANDSCAPE E MODOS DE HABITAR O MUNDO**

A proposta teórica de uma antropologia da paisagem de Tim Ingold fundamenta-se a partir da negação de perspectivas que concebem-na como um pano de fundo neutro e externo às atividades humanas – isto é, naturalisticamente – ou então como um espaço ordenado simbólica ou cognitivamente – isto é, culturalmente. Para Ingold, a paisagem é constituída como um registro duradouro das vidas e trabalhos de gerações passadas que tem habitado nela, e assim, deixado suas marcas. Corolário dessa proposição é que a articulação entre tempo e paisagem para os sujeitos não é tanto uma questão de invocar imagens "internas", "armazenadas na mente", mas sim uma ação de engajamento perceptivo em um ambiente que, nos termos de Ingold, está "repleto com o passado".

Com relação as caminhadas em áreas rurais do Estado do Paraná, sugiro que essas promovem, entre os caminhantes, um tipo de engajamento bastante específico com relação





a paisagem em que se caminha. Trata-se, nos termos de Ingold, de um modo de *habitar* o mundo. Tendo em vista, portanto, que a paisagem é fundante das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com o ambiente, a produção de novos modos de *habitar* o mundo na prática de caminhadas está intimamente relacionada com a produção de um modo específico de se relacionar com a “natureza” em que se caminha. Posto isso, o modo de habitar o mundo numa caminhada na natureza constitui-se como agente e, ao mesmo tempo, efeito de um processo de sensibilização perceptual dos sujeitos para determinados ambientes, isto é, de uma “educação da atenção” que transforma as experiências daqueles que caminham.

A constituição de uma paisagem não se dá por meio da inscrição das atividades humanas em um terreno que é pura materialidade, que pré-existe às ações de atribuição de sentido a ele. A paisagem se forma na medida em que incorpora histórias em sua superfície, tecendo-as juntamente com o ciclo de vida de plantas e animais que também a habitam. O que está em jogo é afirmar que as formas da paisagem não são preparadas para ou estão aguardando a ação humana, mas a constituição dessas formas é intrínseca ao próprio processo de habitação e, no caso em questão, de deslocar-se caminhando. A paisagem, portanto, é sempre “a natureza do trabalho em andamento” (Ingold, 2000: 198).

Nesse contexto, Ingold lança mão do conceito de *taskscape* que indica não apenas as atividades realizadas *na* paisagem, mas refere-se, sobretudo, a interação com a paisagem. É essa interação que é incorporada como recurso duradouro da paisagem, elemento fundamental na tecitura da historicidade do mundo e dos sujeitos que nele habitam.

*O próprio mundo assume o caráter de um organismo, e os movimentos de animais - incluindo os dos seres humanos são partes ou aspectos do seu processo de vida. Isso significa que ao habitar o mundo, nós não agimos sobre ele, ou fazer coisas para ele, mas sim nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, mas são partes e parcelas da própria transformação do mundo (...)* (Ingold, 2000: 199).

A proposta de Ingold, portanto, supera uma possível dicotomia entre *taskscape* e paisagem a partir do reconhecimento das ações de habitar o mundo como parte do processo de devir do mundo como um todo e, ao mesmo tempo, da temporalidade própria da paisagem, dos ciclos de vida que ela comporta, do período geológico que a determina.

Para Ingold, paisagem não é “terra”, nem “espaço” e tampouco “natureza”. O que está em jogo, é um conceito de paisagem que rejeita a divisão do mundo entre interiores e exteriores, mente e matéria, significado e substância. E, ao mesmo tempo, que também rejeita a primazia de um destes pólos sobre o outro na produção da paisagem, isto é, que compreende a paisagem como uma imagem armazenada na mente dos sujeitos, ou como uma disposição de elementos já determinados antes de ser habitados. Na paisagem, cada elemento é intrínseco às relações que estabelece com os outros, sua ordem está implicada nela mesma. Assim, a hipotética naturalidade do ambiente também depende dos tipos de atividades que aqueles o habitam nele desempenham. Portanto, os sentidos relacionados à paisagem não estão nela, mas reunidos a partir dela.

O deslocamento corpóreo na paisagem a partir, por exemplo, de caminhadas é fundamental na medida em que o corpo é o modo como um ser-no-mundo se apresenta em um contexto de relações em que modos de estar-no-mundo estão sendo forjados. Isto é, a experiência do mundo, da paisagem não deve ser pensada desde uma perspectiva antropocêntrica, mas refletida desde um ponto de vista fenomenológico que permite pensar “a condição humana imersa no mundo para apreender esta imersão não apenas no nível do corpo individual, mas também no da paisagem como corpo do mundo” (Carvalho e Steil, 2008: 292). A relação entre corpos e paisagem é, de certo modo, simetrizada a partir da existência de uma via de mão dupla em que os corpos têm sentidos incorporados e produzem sentidos sobre as



paisagens que habitam, mas, ao mesmo tempo, estes sentidos estão relacionados com os registros duradouros dos modos de habitar a paisagem implicados nela.

#### 4. O CORPO COMO LÓCUS DA CULTURA

Diversos autores da tradição antropológica refletiram sobre o modo pelo qual o corpo se relaciona com a cultura, Marcel Mauss (2003), Mary Douglas (1966) e Pierre Clastres (1990), por exemplo, assumiram-no como objeto de reflexão. No entanto, afinados com uma abordagem cartesiana, o corpo, para esses autores, é concebido como um objeto inerte, um substrato natural, biológico em que a cultura se inscreve e produz marcas.

Já o modelo teórico de Thomas Csordas, assume o corpo não como um mero receptáculo de estímulos e inscrições culturais, mas sim como um corpo fenomênico, não dicotomizado. A proposta de uma antropologia fenomenológica consiste, em grande medida, que "o corpo seja compreendido como a base existencial da cultura – não como um objeto que é bom para pensar, mas como um sujeito é necessário para ser" (Csordas, 2008, p.367). Sendo, portanto, o corpo o local da cultura, os sujeitos passam a ser compreendidos, sobretudo, enquanto seres corpóreos. Dessa forma, os corpos não são apenas biológicos, como também religiosos, históricos, artísticos, etc.

Assumir o corpo como central e ativo a partir do paradigma da corporeidade é resultado de uma tentativa de colapsar dicotomias como mente/corpo, sujeito/objeto e natureza/cultura. Conforme essa perspectiva, o deslocamento das caminhadas na natureza não contribui simplesmente para que os caminhantes compartilhem significados sobre a natureza, a paisagem e o corpo, por exemplo, mas, antes disso, funda experiências corporificadas específicas. Se, conforme estou sugerindo, caminhar produz sentidos sobre o mundo em que se caminha, o compartilhamento desses sentidos dá-se não apenas numa dimensão subjetiva, mas, sobretudo, na dimensão da experiência dos sujeitos. Trata-se menos da constituição de intersubjetividades entre os caminhantes, e mais de intercorporeidades.

#### 5. CAMINHADA NA NATUREZA E NATUREZA DA CAMINHADA

Ao tomar como contexto de análise o deslocamento de caminhantes em percursos de paisagens rurais, procuro refletir acerca do modo pelo qual esse tipo de atividade tem contribuído não apenas para despertar o turismo rural em determinadas regiões, como também tem tido um papel significativo na promoção de certo ideário ecológico entre caminhantes e produtores rurais envolvidos com o evento. Isto é, embora essa política não esteja voltada diretamente às temáticas ecológicas, ela tem engendrado práticas, subjetividades e engajamentos na paisagem caros a questões ambientais. O que parece estar em jogo é o que alguns analistas têm denominado de ambientalização social<sup>5</sup>. Tal fenômeno pode ser identificado tanto na emergência de práticas de sujeitos e grupos que fazem da promoção do ideário ecológico um posicionamento político e ético a ser assumido diante de um contexto de degradação ambiental, como também por meio da incorporação de questões ambientais nas práticas de grupos e instituições que tradicionalmente não estiveram empenhadas na defesa de causas ecológicas. Trata-se do espírito de um tempo cujas questões relacionadas com o meio ambiente têm sido rotinizadas numa espécie de *idioma* ambiental não restrito ao âmbito do ecológico, mas capaz de também operar como paradigma moral, ético e estético em outros contextos e práticas (Carvalho e Toniol, 2010).

<sup>5</sup> O termo "ambientalização social" encontra certa ressonância com "ambientalização dos conflitos sociais" de José Sérgio Leite Lopes (2004). Contudo, o termo aqui empregado procura marcar que o interesse deste trabalho não é apenas os conflitos sociais que adquirem contornos ecológicos, como também a expansão de determinado ideário ecológico para diversas esferas.





Ressalto, portanto, não apenas uma maior centralidade que a agenda ambiental tem tido na rotina institucional do Estado, como também um deslocamento no tipo de política para desenvolvimento do turismo rural que tem passado a estar baseada na exploração turística de uma demanda por contato com a “natureza”. Vale destacar, no entanto, que, ao articular uma série de agentes tais como Estado, ONGs, profissionais do turismo, caminhantes e produtores rurais, políticas como “Caminhadas na Natureza” tornam-se contextos de disputas pela elaboração de sentidos legítimos e autênticos do que seja o “ecológico”, o “rural”, a “natureza”, etc.

Algumas análises históricas do ideário ecológico a partir da segunda metade do século XX têm apontado para a emergência dessas questões no cenário político global como atreladas a um conjunto de movimentos contraculturais, que reconheceram, nos problemas ambientais, uma via de acesso às críticas antimodernas por eles produzidos. Na esteira de analistas do campo ambiental (Ferry, 1994; Carvalho, 2002, 2009; Duarte, 2004), pode-se situar o romantismo como uma importante fonte de produção da sensibilidade ecológica, bem como de um tipo de engajamento político por ela promovida. Conforme sugerem tais autores, a recusa às normatizações do fazer político, a valorização do *self*, da autoconscientização como ação transformadora e da politização do cotidiano individual são alguns dos elementos que caracterizam esse legado romântico na postura política ecológica. Interessa, para a presente discussão, destacar os efeitos desse legado romântico no modo de ação política das causas ambientais que pode ser percebido, por exemplo, pela transformação de ações individuais como consumo de alimentos orgânicos, separação de lixo e reaproveitamento de materiais, em atos políticos por excelência.

Contudo, a crescente legitimação social das questões ambientais por meio da internalização de algumas demandas do ideário ecológico em instituições e movimentos sociais tem alterado tal panorama e inserido no *idioma ambiental* contornos característicos de um projeto iluminista. O ímpeto anti-institucional e de valorização do *self* que, *a priori*, pode ser reconhecido como tendo suas raízes românticas, é deslocado por discursividades que trazem à tona a necessidade de: elaboração de projetos como forma de manipulação do futuro, uma visão holística da realidade, a manutenção do planejamento como requisito fundamental para o desenvolvimento e a concepção da humanidade como tendo um mesmo destino. A partir desses termos, pode-se questionar: como acomodar práticas políticas que se caracterizam, sobretudo, pela valorização da autonomia numa ação, como a caminhada ecológica, promovida pelo Estado? Como se dá a relação entre um projeto individual e um projeto coletivo, e até mesmo estatal, de um mundo ecologicamente sustentável? Como seguir concebendo a ecologia como ideal de autonomia e da autenticidade das escolhas individuais, em detrimento das instituições disciplinadoras, quando as próprias instituições passam a promover e rotinizar esse *ethos* ecológico?

Vale destacar que, se por um lado, a relevância atribuída a institucionalização dessas práticas como parte de um processo mais amplo de expansão de certa ética ecológica seja o lugar-comum dos sujeitos envolvidos nessas atividades, por outro, podemos nos questionar sobre as práticas, as disputas, os elementos distintos, que são acionados em tais contextos. Interessa o modo pelo qual esta série de disputas em torno do ambiental está associada tanto com a tecitura de uma paisagem, como de corporeidades ecológicas. Isto é, de que maneira a articulação entre diferentes atores na promoção da caminhada está relacionada com a promoção/produção de uma paisagem “natural” específica que marca a passagem da experiência de uma Natureza *bruta* para uma Natureza suficientemente pedagógica.

A partir desse horizonte de problematizações, elaboro a seguir uma narrativa etnográfica sobre a I Caminhada Internacional na Natureza de Ivaiporã. A partir desse contexto, estou interessado em refletir sobre como o projeto “Caminhadas na Natureza” tem contribuído para expandir e legitimar esse *idioma ambiental* como orientação moral, ética e estética



tanto na elaboração de políticas de turismo rural, como na experiência dos caminhantes. Nesse sentido, interessa não apenas incorporação da questão ambiental nessa política, como também o modo pelo qual a própria caminhada constitui-se como ação fundamental para a atribuição de sentidos específicos para o que seja ecologia, natureza e paisagens rurais.

## 6. DAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS À NATUREZA COMO LUGAR TURÍSTICO: APONTAMENTO SOBRE POLÍTICAS DE GESTÃO DA NATUREZA.

A cidade de Ivaiporã está situada na porção central do Paraná, distando 400 quilômetros da capital Curitiba. Na primeira metade do século XX, essa localidade foi um dos principais centros de produção de café do país, chegando a ter oitenta mil habitantes. Atualmente, embora a principal atividade econômica siga sendo a agricultura, o número de habitantes é de trinta e cinco mil e a monocultura do café deu lugar a agricultura familiar e às culturas de trigo, milho, aveia e criação de bicho-da-seda.

Assim como em outras atividades dessa política de promoção de "Caminhadas na Natureza", a caminhada de Ivaiporã, ocorrida no dia 22 de agosto de 2010, resultou de um esforço conjunto que mobilizou não apenas as três instâncias do poder público, como também diversos grupos e ONGs da região. O Paraná tem se destacado como um dos principais Estados em que há promoção de caminhadas "na natureza". No caso da região de Ivaiporã, especificamente, foi Ivaldete, uma técnica local da EMATER, quem tomou contato e mobilizou a prefeitura para a realização da atividade. Embora essa atividade pudesse ser situada em um quadro mais amplo de ações voltadas para a diversificação econômica em áreas agrícolas, algumas de suas características marcam uma mudança no tipo de atividade promovida por um órgão voltado à assistência rural.

Ivaldete, ao narrar sua trajetória profissional, apresenta as caminhadas como demarcadora de uma espécie de virada no foco das ações governamentais promovidas pela EMATER.

*Nós da EMATER sempre trabalhamos com assistência técnica do agricultor, mas era muito direcionada só para agricultura. Daí realmente de 1980 para cá houve uma mudança preocupada não só com a renda agrícola, mas preocupada também com a renda não agrícola. Como nós falamos, preocupada em transformar o produto e comercializar o produto. E o turismo é isso. É você trabalhar a questão do artesanato, hoje nós trabalhamos muito o artesanato em fibra de bananeira, em bambu, taboa. A gente trabalha muito o artesanato hoje nessa linha de fazer com que as pessoas não trabalhem só a produção, mas também o outro lado, que ela veja a propriedade com outro olho usando também essa outra alternativa. (...) Caminhada não é para quem está no meio rural, é para quem está na cidade. Quem tá no meio também vai, mas principalmente quem está no meio urbano é que vai caminhar, porque ele precisa caminhar, ver, distrair a cabeça. E nosso objetivo é levar o do meio urbano para o meio rural, para ele conhecer. Eu vou te dizer, a maioria que vai amanhã na nossa caminhada que é daqui da cidade não conhece o meio rural. Então é uma forma de conhecer e esse contato com o produtor eu acho muito importante. (Ivaldete)*

A narrativa de Ivaldete acerca da constituição de circuitos de caminhadas em uma região com alta concentração rural no Paraná nos auxilia a compreender tanto o caráter dessas atividades, como também o modo pelo qual tais eventos apresentaram-se como distintos do tipo de assistência que órgãos como a EMATER prestavam em décadas anteriores. Não foi apenas no âmbito de órgãos voltados para assistência rural que as Caminhadas na Natureza tornaram-se marcos significativos de um deslocamento no tipo de ação promovida, mas essa alteração também pode ser percebida se colocarmos sob perspectiva outras políticas de gestão da natureza no Brasil. A seguir me detenho na descrição de algumas dessas políticas e no modo pelo qual cada uma delas sustenta um determinado conceito de natureza.



Políticas ambientais estão na pauta governamental brasileira ao menos desde a década de 1970. Essa agenda política, entretanto, esteve balizada, em um primeiro momento, por agências de governança global como a ONU e por credores internacionais do país como BID e FMI, que condicionavam empréstimos a países em desenvolvimento ao cumprimento de determinadas exigências, dentre elas, a elaboração de legislações ambientais<sup>6</sup>. Assim, o desenvolvimento de ações governamentais referentes às questões ambientais pautou-se, sobremaneira, na década de 1970, em diretrizes internacionais. Grosso modo, tais ações diziam respeito ao manejo de espaços, fosse pela atenção a lugares de conservação, ou então pela maior assistência aos espaços de produção agrícola.

A política de proteção concentrou-se, basicamente, na criação de unidades de conservação, parques e santuários ambientais que não estiveram, inicialmente, relacionados com uma intenção de exploração turística local, mas associadas com a idéia de isolamento dessas áreas. Esse modelo de parques, importado dos Estados Unidos, não privilegiava a interação entre um espaço protegido e Humanos, mas criava "ilhas" em que uma Natureza supostamente autêntica poderia seguir seu curso longe daqueles que, por sua presença, a descaracterizariam<sup>7</sup>. Entretanto, a Natureza preservada nesses espaços não é anterior a criação das unidades, mas está relacionada com a emergência de um modelo explicativo capaz de descrevê-la enquanto unidade de conservação autêntica e que merece ser preservada. Como aponta Godoy (2000):

*Trata-se de definir a Natureza criando a explicação científica que a certifica e que, tornada autônoma, converte-se em medida da Natureza o "objeto" cuja circulação representa o coletivo de cientistas que o havia inventado. Tais Naturezas não antecedem os procedimentos que as tornam visíveis. Não estando lá desde sempre, descobri-las é tanto criá-las quanto torná-las efetivas, isto é, sua potência enquanto invenção científica traduz-se precisamente no interesse que são capazes de despertar em outros grupos, e sua duração está associada à possibilidade de ser compartilhada por diferentes indivíduos e coletivos, construindo outros domínios, produzindo outras tecnologias. (Godoy, 2000:132).*

O que a autora salienta é que não são as leis que determinam a criação das unidades de conservação, mas as unidades emergem das próprias leis. No caso da criação das unidades, cabe ao Estado e a Ciência determinar qual Natureza precisa ou não ser preservada a partir de critérios supostamente naturais, referenciados como  *fatos reais, autônomos* e independentes de qualquer ação ou dinâmica Humana, uma vez que estas estariam na ordem na cultura. Essa "naturalização" da natureza também pode ser refletida a partir de um conjunto de proposições lançadas por Bruno Latour (1994; 2002) que, ao tomar como foco de análise os fundamentos da modernidade, coloca em xeque a projeção de uma espécie de bicameralismo em que há um espaço para natureza e outro para cultura.

A modernidade é assimétrica, mantém separado em um regime de bicameralismo o social/político do natural e faz com que essa separação pareça ontológica. No caso da criação de Unidades de Conservação, a constituição moderna opera a partir do respaldo científico e, também, natural. Isto é, por um lado, a demarcação de um território como Unidade de Conservação é justificada a partir de critérios científicos de classificação e hierarquização, e, por outro, a partir de características intrínsecas àquela natureza.

Além da criação de unidades de conservação, as ações governamentais concentravam-se no manejo de terras agriculturáveis e na assistência técnica aos produtores. Se a Natureza das Unidades de Conservação era aquela em que a presença humana provocaria sua degradação, no caso das terras de agricultura, a Natureza deveria ser manipulada para que sua fertilidade fosse maximizada. Foi, justamente, para dar apoio técnico aos produtores rurais que organismos especializados como a EMATER foram criados.

<sup>6</sup> Esta relação também pode ser observada em outros países em desenvolvimento, tal como mostra Fátima Chaves no caso do Paraguai (2004).

<sup>7</sup> Para uma discussão sobre a criação de unidades de conservação ambiental e parques, ver Godoy (1999), Barreto Filho (2001), Pádua (1987).



As caminhadas “na natureza”, por sua vez, não ocorrem em parques ou unidades de conservação, mas passam em propriedades rurais, com a maior parte do percurso entre plantações. Não se trata, portanto, de uma atividade em uma suposta Natureza autêntica, tampouco uma política de assistência técnica aos trabalhadores do campo, mas a promoção de uma atividade voltada aos cidadãos, uma *ode* a um tipo de *natureza* não detentora, *a priori*, do direito de ser preservada.

A possibilidade de haver investimento no desenvolvimento rural não voltado à produção agrícola não se deu sem conflitos. O foco no turismo rural, por exemplo, poderia colocar em xeque, para alguns movimentos sociais, a necessidade de reforma agrária no país. De todo modo, a diversificação das atividades econômicas no campo constitui, para as agências governamentais, um dos principais atrativos de práticas como caminhadas “na natureza”. Tornar os campos de lavoura em paisagens turísticas, no entanto, demanda a elaboração de um percurso, construção de dispositivos e uma série de equipamentos que permitam a efetivação desse projeto.

## 7. A INVENÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO: A PREPARAÇÃO DO EVENTO E A CAMINHADA

Após chegar a Curitiba na sexta-feira, esperar por cinco horas o único ônibus da capital com destino a Ivaiporã e viajar por mais sete horas pelo interior do Paraná, desembarquei na cidade. Já no deslocamento da rodoviária para o hotel percebi muitas faixas espalhadas pelas ruas anunciando a caminhada. Na porta e na recepção de onde me hospedaria havia cartazes e folders de divulgação, além de uma moto com alto-falante na garupa dando voltas no centro convocando a todos para atividade. Pela manhã de sábado me encontrei com Ivaldete, uma das coordenadoras do evento, e seguimos para o local em que começaria a caminhada. Nesse trajeto, Ivaldete foi mostrando como a secretaria de obras da cidade havia colaborado com a preparação do evento naquela semana pintando setas brancas no asfalto que indicariam o caminho para os ônibus que seguiriam até o local da caminhada, espalhado lixeiras no percurso da caminhada e colocado setas indicativas nas trilhas.

Conforme Ivaldete narrava o que já havia sido feito, também apresentava os agentes locais envolvidos na caminhada. Segundo ela, todas as secretarias da prefeitura haviam sido mobilizadas: a da saúde disponibilizou pessoal e ambulâncias para acompanhar a caminhada, a da educação tornou a preparação da caminhada uma atividade obrigatória dos estudantes do curso de técnico em meio ambiente da cidade, a da indústria e comércio recolheu doação de brindes dos comerciantes da região para serem sorteados no final da atividade, etc. Essa série de articulações que evidenciam a intencionalidade de criar um ambiente preparado para receber turistas, aponta também para o aparente paradoxo de uma atividade que introduz a questão ambiental na pauta de ações municipais via a necessidade de desenvolvimento e diversificação econômica de regiões rurais.

Embora houvesse um apelo ecológico na elaboração do trajeto da caminhada, que procurava marcar aquele trajeto como “natureza”, a maior parte do percurso da caminhada se dava em vastos campos de plantações de milho, soja e trigo. Como afirmou Ivaldete: “O que vai acontecer aqui não é uma caminhada ecológica, mas uma caminhada na Natureza. Isso porque não é uma caminhada que só passa no meio do mato, mas que passa por propriedades rurais.”

A inscrição na caminhada era gratuita, apenas o café da manhã e o almoço seriam cobrados, mas opcionais. O local de início da atividade era distante do centro da cidade e, por isso, a prefeitura cedeu toda sua frota de ônibus para a realização do transporte dos caminhantes da praça central para o local de início do trajeto. Além dos caminhantes da





própria cidade e daqueles que se deslocaram por conta própria, sete prefeituras disponibilizaram ônibus para que seus moradores também participassem do evento. Vale destacar que esses municípios que cederam transporte a seus habitantes também promovem caminhadas “na Natureza” noutros momentos do ano, o que sugere o estabelecimento de um compromisso de recíproca nesse apoio.

Acompanhando Ivaldete em sua última “vistoria” dos preparativos da caminhada que ocorreria no dia seguinte, paramos na propriedade de Seu Ivo, um dos principais pontos do trajeto. Tratava-se de uma propriedade ampla e que não tinha como principal atividade a agricultura, mas a produção de móveis em madeira rústica. Por conta dessa propriedade e de outras duas que o trajeto da atividade também passaria, ambas igualmente produtoras de móveis em madeira, a caminhada recebeu o nome de Circuito da Madeira. A denominação do trajeto é, segundo Ivaldete, um elemento importante na caracterização da atividade e na atribuição de uma identidade específica à região.

Além de colocar a mostra diversos móveis produzidos em sua propriedade, Seu Ivo colocou placas em cada objeto que remetia a “vida no campo”, tais como “abelha jataí”, “alambique”, “monjolo”, “descascador de arroz”. Havia certo clima de apreensão por parte do Seu Ivo, que, em um dado momento de nossa visita, perguntou a Ivaldete: “Você acha que vai vir alguém?”. Mesmo já sabendo que havia mais de 300 inscritos, a resposta de Ivaldete foi evasiva.

Saímos dessa fazenda e fomos até a casa de Dirce, a secretária de indústria e comércio da cidade, ponto em que seria servido o café da manhã e local de onde a caminhada teria início. Dirce tem uma singularidade política, seu cargo não deriva de uma indicação do prefeito, mas dos comerciantes de Ivaiporã, o que dá a ela uma grande visibilidade e aceitação entre as pessoas da cidade. Durante a entrevista com Ivaldete, um dia antes da caminhada, perguntei a ela a que atribuía uma adesão tão grande àquela atividade: “somos boas marqueteiras [referindo-se a ela e a Dirce], o pessoal aqui respeita a EMATER e a Dirce teve todo o apoio dos comerciantes, sem ela não conseguiríamos arrecadar tantos brindes também” (Ivaldete).

Na casa de Dirce havia uma grande concentração de pessoas separadas em “grupos de trabalho”. O pároco da cidade, e também secretário de educação da cidade, coordenava uma equipe de três pessoas, a qual eu também auxiliei e que separava os passaportes da caminhada<sup>8</sup>. Outra “equipe”, coordenada por Dirce, organizava as frutas, bolos, cucas e pães que seriam servidos no café da manhã. Uma última ainda conferia a sinalização ao longo do trajeto e preparava as dez placas referentes aos dez mandamentos da Natureza, elaborados por um padre da região.

Eu ainda acompanharia Ivaldete na verificação dos últimos preparativos da comunidade que recepcionaria os caminhantes na chegada e que ficara incumbida de preparar o almoço. Como estávamos nos dirigindo para o final do trajeto, ficamos encarregados de colocar o décimo mandamento da natureza – “Assumir compromissos na sociedade em favor do meio ambiente” – na marca do último dos onze quilômetros de caminhada.

Pouco antes de chegarmos ao ponto final da caminhada, nos encontramos com integrantes de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas)<sup>9</sup> que finalizavam os preparativos para o dia seguinte, quando se apresentariam aos caminhantes no nono quilômetro.

<sup>8</sup> Trata-se de uma caderneta com quatro retângulos que seriam carimbados em pontos diferentes do trajeto, caso o caminhante obtivesse todos os carimbos receberia um certificado e outra caderneta, com o texto em francês e fornecida pela Federação Francesa de Esportes Populares, com um adesivo referente à caminhada de Ivaiporã e com espaços para adesivos de futuras caminhadas.

<sup>9</sup> Trata-se de um movimento de cultura popular que promove encontros, festas, almoços e outras atividades com intuito de preservar e divulgar o gauchismo. Para uma análise detalhada ver Oliven, 2006.



Assim que chegamos à comunidade que receberia os caminhantes ao final do percurso percebemos a grande movimentação. Alguns se concentravam na finalização da limpeza do terreno, outros na construção de uma gruta que abrigaria uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Parte das mulheres estava na cozinha preparando porções de purê de mandioca e parte dos homens assando os 250 quilos de carne de porco e mais 200 quilos de galinha caipira. Além desses grupos, uma turma de senhoras montava um toldo sob o qual iriam expor e vender seus artesanatos.

A articulação entre os agentes envolvidos na promoção da caminhada e as instâncias políticas está além da mobilização de alguns funcionários municipais. Ivaldete, uma das principais promotoras da caminhada, é amiga pessoal e foi assessora de finanças da campanha do atual governador do Paraná. Na noite que antecedeu a caminhada, Ivaldete e Marcos, seu esposo, me "intimaram" a comparecer a um jantar na casa do secretário da saúde do Estado, onde também estariam outros políticos de alcance estadual. Segundo Ivaldete, minha presença mostraria que o projeto das caminhadas "está rendendo frutos e visibilidade".

No dia da caminhada, o início do transporte dos caminhantes até o local de onde partiria a caminhada estava previsto para o início da manhã. Por volta das 7 horas e 40 minutos, a praça central do município estava cheia. Muitas famílias, estudantes de ensino médio uniformizados, grupos de terceira idade, casais de namorados, alguns trajando roupas destinadas a práticas esportivas e calçados adequados e outros, como pude ouvir em mais de um comentário, "com roupa de missa, não de caminhada".

Conforme os ônibus iam lotando, saiam para o local de início da caminhada. Como Ivaldete já havia me dito, havia um protocolo de boas vindas que foi lido por um dos organizadores na frente dos ônibus, momentos antes de eles começarem a se deslocar.

Uma vez na casa de Dirce, os caminhantes dividiram-se em duas filas: uma para os já inscritos - aqueles que haviam tido acesso, na casa do artesão da cidade, a um folder com um formulário de inscrição - e outra para os não inscritos. Caso quisessem comprar a ficha do café e do almoço, outra fila deveria ser tomada. A cada três minutos novos ônibus chegavam e, depois que todos desciam, os ônibus voltavam para pegar mais pessoas no centro da cidade. A expectativa de trezentas pessoas foi superada apenas trinta minutos depois do primeiro ônibus chegar ao local de início da caminhada. Ao final da atividade, as organizadoras da caminhada anunciaram, com bastante satisfação, que mil pessoas haviam feito o percurso naquela manhã de domingo.

Ainda na fila, Mauro, um técnico da EMATER de outra cidade, veio falar comigo sobre a pesquisa. Perguntado sobre qual era seu interesse de estar ali, Mauro disse que sua presença era um pedido dos prefeitos da região em que trabalhava para que buscasse, naquela experiência, algumas outras possibilidades de explorar as potencialidades da agricultura familiar para além da produção agrícola.

Enquanto eu e Mauro tomávamos o café, a imprensa local tirava fotos e entrevistava os caminhantes de fora do município – inclusive eu, entrevistado na condição de antropólogo e, supostamente, especialista no assunto. Antes de a caminhada começar formou-se um palanque de autoridades, improvisado em cima de uma carroça engatada em um trator. Além de um chefe de cerimônias, subiram no palanque o prefeito, o presidente da Câmara de vereadores, a coordenadora da EMATER, a presidente da câmara das mulheres empreendedoras de Ivaiporã, a secretária da indústria e comércio, o secretário de educação e pároco da cidade e um representante do governo do Estado.

Assim que terminaram os discursos no palanque - já sob a impaciência dos caminhantes -, um professor de educação física do SESC, iniciou os exercícios de alongamento.





Terminados os exercícios, a caminhada teve início. O ritmo das passadas nos primeiros metros dos doze quilômetros a serem percorridos era bastante lento, mas nada que parecesse entediar muito os caminhantes. Parte deles tocava violão e cantava músicas de bandas como Legião Urbana, outro grupo se espremia para pegar um chapéu que estava sendo distribuído, algumas senhoras caminhavam juntas e vestiam uma camiseta com os dizeres “grupo de caminhada da terceira idade” e eu focava minha atenção na primeira das dez placas dos mandamentos da Natureza: “Amar a Natureza como a si mesmo”.

**Figura 1. Início do percurso por estradas rurais de Ivaiporã - Paraná.**



*Fuente: Rodrigo Toniol, agosto de 2010.*

A definição do trajeto da caminhada e seus possíveis problemas foram preocupações constantes dos organizadores do evento. As orientações da ONG Anda Brasil que, em certa medida, padroniza algumas características dessas atividades, determina apenas que o percurso tenha média de dez quilômetros e que seja, preferencialmente, circular. As características desse trajeto, no entanto, são definidas localmente e dependem de seus organizadores. No caso da caminhada em Ivaiporã, foi Ivaldete, responsável pelo turismo rural na EMATER, e alguns secretários do município, os que ficaram encarregados de elaborar o percurso.

Ao denominar a atividade de “Caminhada na Natureza” e não “Caminhada Ecológica”, os organizadores procuraram, segundo Ivaldete, explicitar que o foco era, sobretudo, os produtores da agricultura familiar.

*É o seguinte, o objetivo é trabalhar a agricultura familiar, passar na pequena propriedade. Nossa parte ecológica é que a gente tenta passar a questão de preservação das trilhas, matas, mas o objetivo nosso é a propriedade rural, é o agricultor, para que ele possa gerar renda. Você viu lá hoje os móveis de madeira, artesanato, produção de alimentos, transformação de produto, então tudo isso para o produtor gerar renda. Não vai só no mato, mas passa por propriedades. Então ela não é só do mato, o objetivo é passar também por propriedades (...). A gente trabalha tudo dentro da agricultura familiar, trabalhando para potencializar aquilo que o pequeno agricultor produz para poder comercializar em conjunto. Como o artesanato, a gente procura fazer um trabalho em conjunto para poder comercializar em conjunto. Você cria um caminho que passe pela agricultura familiar. Então as nossas caminhadas têm esse*



*objetivo: a agricultura familiar. Passar pelas propriedades, a gente vai passar amanhã por doze propriedades (Ivaldete)*

Embora as caminhadas "na natureza" possam ter como efeito a geração e descoberta de outras fontes de renda para os produtores rurais, suas propriedades precisam ser transformadas, por meio de alguns elementos, de paisagens agrícolas em paisagens turísticas. A exploração de lugares potencialmente turísticos, aponta Rémy (1991), implica em uma espécie de subversão dos sentidos a eles atribuídos noutros momentos: a plantação de amoras que gerava renda com a colheita transforma-se em material pedagógico para os caminhantes, o tacho usado para fazer rapadura e que, conforme disse Seu Ivo, sempre fora escondido quando as visitas chegavam passa a ser lugar privilegiado para fotos, o suco de laranja tomado nas tardes torna-se suco ecológico.

**Figura 2. Caminhantes entre plantações de trigo.**



*Fuente: Rodrigo Toniol, agosto de 2010.*

As ações capazes de transformar os sentidos às paisagens distintas daquelas que estavam estabelecidas, no caso da Caminhada de Ivaiporã, foram realizadas sobremaneira a partir de alguns artifícios visuais, tais como a retirada de todas as cercas e o desvio das porteiras antes existentes pelo trajeto. Ainda que tenha atravessado doze propriedades, as marcas desses limites foram substituídas pelas diferenças de cores, tamanhos, cheiros daquilo que se produzia e cultivava em cada uma destas fazendas.

Para autores como Simmel (1996), seriam tais modificações numa hipotética continuidade infinita dos elementos presentes na Natureza que seria capaz de fracionar "o nexos ininterrupto das coisas e atribuir sentido a esse "pedaço" de Natureza", isto é, de conformar uma paisagem.

*A Natureza, que no seu ser e no seu sentido profundo nada sabe da individualidade, graças ao olhar Humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de "paisagem" (Simmel, 1996:7)*





Embora o autor pressuponha, em certa medida, a existência desta Natureza como um dado, uma realidade autônoma da relação com aqueles que a habitam, sua noção de paisagem aponta para uma indistinção entre aquele que observa e aquilo que é observado. A paisagem, que se constitui a partir da convergência para uma unidade particular de uma Natureza antes dispersa, ganha força de sentido naquilo que Simmel denomina de *disposição anímica*. Trata-se do que é comum a unidade que se constrói, mas que, ao mesmo tempo, não está "incluso em nenhum elemento singular desta paisagem" (Simmel, 1996: 17). Ao conferir uma "marca" à caminhada, por exemplo, chamá-la de "Circuito da Madeira", conforma-se essa *disposição anímica* que dá unidade a uma Natureza caótica por meio da atribuição de um sentido. Esse sentido, no entanto, é apenas um *sentido sugerido* uma vez que nem os organizadores da caminhada, nem os caminhantes detêm o monopólio da produção de *disposições anímicas*, de paisagens.

Embora todos os caminhantes compartilhassem o trajeto a ser percorrido, a experiência da caminhada e a atribuição de sentidos relacionados à prática mostrou-se, diversas vezes, distintas e mesmo contraditórias. Como nesse trecho do diário de campo:

*Foi logo nos primeiros momentos de caminhada que percebi a quantidade de estudantes do ensino médio, inclusive de outras cidades. Esses estudantes - não sei se foram voluntariamente, ou não - pareciam estar em uma excursão, gritavam muito, um se esforçava mais do que o outro para se destacar. Após os primeiros metros na estrada rural, entramos em uma das únicas trilhas pela qual passaríamos. Na minha frente havia um casal e atrás uma turma de estudantes de um município vizinho. Na frente o homem falou para a mulher "Nossa, olha como o ar aqui [na trilha, na Natureza] é mais leve" e atrás o estudante acendia um cigarro, mas foi ponderado por outro que disse "o pessoal vem para o mato caminhar e você fuma?" Eles quebraram alguns galhos de árvore, gritavam sem razão e eu fiquei "preso" entre o grupo sem poder ultrapassá-los enquanto estávamos na trilha. Lamentei a situação. Mas agora fico pensando se fazia, para aqueles estudantes, alguma diferença aquela atividade ser naquele ambiente? (diário de campo de 22 de agosto de 2010).*

O que parece estar em jogo é não apenas uma negociação constante entre as expectativas dos caminhantes projetadas sob a paisagem da caminhada, mas também uma disputa pela produção de uma educação da atenção capaz de direcionar o engajamento perceptivo dos sujeitos que habitam essa paisagem. Estas disputas entre aqueles que caminham e aqueles que promovem a caminhada, entre aqueles que promovem um lugar turístico e aqueles que, até então, relacionavam-se com ela como lugar de trabalho, põe em relação sentidos, temporalidades, modos de habitar distintos. Simon Schama nos dá algumas pistas dessas articulações:

*E, se, a visão que uma criança tem da Natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a Natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade, elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas (Schama, 1996:17).*

Contudo, tanto Simmel (1996) quanto Schama (1996) nas duas reflexões apresentadas acima elaboram conceitos de paisagem afinados com um modelo de inteligibilidade culturalista, cuja ação sobre o mundo é exclusivamente humana. Para Simmel os humanos são os responsáveis pela constituição de particularidades na indistinta continuidade paisagística do mundo. Schama, por sua vez, embora admita que percepção e natureza – compreendido por ele como sinônimo de paisagem – sejam indistintos, são os esquemas interpretativos adquiridos ao longo dos anos pelos humanos o que dá sentido à paisagem que, ao fim e ao cabo, "é obra da mente humana".

Ao tratar de um trajeto que é elaborado para determinado fim, não estou sugerindo que a paisagem implicada na experiência dessa caminhada estivesse previamente determinada pelos organizadores, mas apenas que há um esforço de direcionamento da atenção dos caminhantes para que determinados elementos e características desses espaços fizessem



parte da relação que os sujeitos estavam estabelecendo com a paisagem. Nesse sentido, nenhuma característica da paisagem é, por si só, um limite, uma fronteira. Retirar as cercas do trajeto, a partir da perspectiva de Tim Ingold, não foi um artifício para “criar uma paisagem”, mas para induzir um modo de habitar esta paisagem, para possibilitar determinadas formas de conectar caminhos, de conhecer o mundo.

Em conversa com alguns dos organizadores do evento durante própria caminhada, eles me narraram a dificuldade que tiveram para fazer um trajeto que passasse pelas plantações dos produtores rurais, mas que o esforço valeria a pena uma vez que isso seria uma forma de os caminhantes valorizarem os produtores e conhecerem como é o ciclo das plantações. No dia da caminhada, em um trecho ainda no início do trajeto, conversei com Luiz, um caminhante de Ivaiporã, que diz: “Eu morei muitos anos no interior, mas aí fiz contabilidade e fui para a cidade e perdi o contato. Nossa, mas é muito legal vir aqui e lembrar de antigamente”. Noutro momento, enquanto atravessávamos uma plantação de milho ouvi uma mulher comentar com as amigas: “Ué! Mas não era caminhada na Natureza, cadê a Natureza?”

Ainda que o percurso da caminhada e os diversos dispositivos espalhados pelo trajeto buscassem direcionar a atenção dos caminhantes para determinados elementos, o deslocamento de uma paisagem caracterizada por tarefas laborais para uma paisagem “da natureza” nem sempre é experimentado sem contradições pelos caminhantes.

As atividades tecidas naquela paisagem, *taskscape*, eram, sobretudo, tarefas relacionadas com agricultura. A promoção de caminhadas naquele contexto implicou, necessariamente, num tipo de engajamento distinto por parte dos sujeitos que a habitavam. Nesse sentido, não apenas a elaboração da caminhada, como também sua feitura promoveram uma espécie de deslocamento desse *taskscape* e tornaram tal atividade um contexto privilegiado para um reposicionamento dos sentidos atribuídos àquela paisagem.

## **8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CAMINHADA COMO MODO DE HABITAR O MUNDO**

Assim, é na medida em que estabelecemos relações, constituímos histórias, e percorremos o espaço, que ele toma forma. Trata-se de concebê-lo não mais como externo aos Humanos, mas como constitutivo das dinâmicas sociais e temporais daqueles que o habitam, bem como constituído pelas relações nele engajadas, tornando-se, num jogo relacional, modificador das práticas nele produzidas, mas também modificado por elas.

A projeção de um lugar para se caminhar por parte dos organizadores da caminhada de Ivaiporã e a prática de um espaço por parte dos caminhantes, coloca em evidência não apenas a relação intrínseca e indistinta entre um sujeito que habita e um mundo que é habitado, como também evidencia a multiplicidade de imagens, no sentido bachelardiano, que as ações em torno de uma caminhada – seja de elaboração do trajeto, seja de sua feitura – comportam.

A elaboração do trajeto da Caminhada “na natureza” de Ivaiporã colocou organizadores e caminhantes em dilemas contraditórios, mas de mesma ordem. Enquanto os primeiros estavam, nas palavras de Ivaldete buscando fazer uma “caminhada para que as pessoas conhecessem e valorizassem o trabalho da agricultura familiar”, os segundos se questionavam, conforme disse Junior, um caminhante da cidade vizinha, “porque caminhar nesse lugar que sempre passo?”

A proposta de demarcar a diferença entre caminhada na Natureza e caminhada ecológica como sendo o fato de a primeira contemplar a ação antrópica e a segunda privilegiar apenas



uma paisagem "intocada", produz seus efeitos na elaboração do percurso e na receptividade dele por parte dos caminhantes. A paisagem em que caminhamos era, de modo geral, entre trigais, campos de aveia e plantações de amora para alimentar bichos-da-seda o que despertou certo desconforto em parte dos caminhantes que estavam interessados em "Natureza mesmo", como um grupo de senhoras da cidade me dizia. Em contrapartida, para os organizadores do evento, esse era o ponto forte do percurso que elaboraram, uma vez que permitia um contato maior com o produtor.

A caminhada, conforme a concebo, promove esse deslocamento, tanto objetivo como subjetivo, e o que interessa aqui talvez não sejam nem um e nem outro como elementos autônomos, mas enquanto relacionados. Flaneurs, peregrinos e caminhantes não são denominações que se constituem enquanto tal por conta de um território privilegiado a cada um deles, mas na medida em que se relacionam de maneiras específicas com as paisagens que percorrem.

Ao procurar articular a promoção da prática de caminhadas na natureza com a expansão de certo ideário ecológico, não estou sugerindo apenas que o conteúdo da prática em questão possa ser importante para a incorporação do *idioma* ambiental. O que sugiro é que o próprio caminhar em determinada paisagem é, em si, uma forma de incorporar esse ideário. O deslocamento do ser-no-mundo é intrínseco ao devir do mundo e nesse sentido, na medida em que o sujeito incorpora certo *idioma* ambiental também produz uma paisagem ecológica. Ao caminhar por propriedades rurais no interior do Paraná teço, com meus próprios passos e na relação com aquela paisagem, um sentido indelével – ainda que possa ser sobreposto – naquele espaço.

## REFERÊNCIAS

- AMIROU, Rachid. 1995. *Imaginaire touristique et sociabilités du voyage*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. 2001. *Da nação ao planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. São Paulo, FFLCH/USP. Tese Doutorado em Antropologia Social.
- BARRETTO Margarita. 2003. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, Porto Alegre. pp. 15-30.
- BARRETTO, Margarita. 2000. As ciências sociais aplicadas ao turismo. En: Serrano, Célia; Bruhns, Heloísa T.; Luchiari, M. Tereza. (org.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, Papirus. pp. 17-36.
- BOURDIEU, Pierre. 2008. *Razões prática: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. 2002. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. 2009. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias Naturezas da Natureza. *Rivista Confluenze*, v. 1. pp. 136-157.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. 2008. A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente e Sociedade*, v. 11, n. 2. pp. 289-305.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo. 2010. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. esp. pp. 1-12.
- CLASTRES, Pierre. 1990. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CSORDAS, Thomas J. 2008. *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.
- DAWSEY, John C. 2005. O teatro dos "bóias-frias": repensando a antropologia da performance. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 24, Porto Alegre.



- DE CERTEAU, Michel. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DOUGLAS, Mary. 1966. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2004. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, São Paulo.
- FERRY, Luc. 1994. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo, Ensaio.
- GODOY, Ana. 1999. *Da imensidão selvagem às áreas protegidas: inventando Naturezas, criando lugares*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- GODOY, Ana. 2000. O modelo da Natureza e a Natureza do modelo. *São Paulo Perspec.*, vol.14, n.4. pp. 129-138.
- INGOLD, Tim. 2000. *The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London-New York, Routledge.
- INGOLD, Tim; Vergunst, Lee. 2008. *Ways of walking: ethnography and practice on foot*. London, Ashgate publishing.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LATOUR, Bruno. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo, EDUSC.
- LEITE LOPES, José Sérgio (org.) 2004. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais; Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- MAUSS, Marcel. 2003. *As técnicas do corpo*. São Paulo, Cosac & Naify.
- OLIVEN, Ruben George. 2006. *A parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil - Nação*. Petrópolis, Vozes.
- PÁDUA, José Augusto. 1987. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. En: Pádua, José Augusto (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ. pp. 11-62.
- RÉMY, Knafou. 1991. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. *Revue de géographie alpine*, t. 79, n. 4. pp. 11-19.
- SCHAMA, Simon. 1996. *Paisagem e memória*. SP, Companhia das Letras.
- SHEETS-JOHNSTONE, Maxine. 1999. *The Primacy movement*. Amsterdam, John Benjamins.
- SILVEIRA, Emerson. 2007. *Por uma Sociologia do Turismo*. Porto Alegre, Zouk.
- SIMMEL, Georg. 1996. A filosofia da paisagem. *Revista Política & Trabalho*, n. 12, João Pessoa.
- STEIL, Carlos Alberto. 2002. Uma antropologia da peregrinação e do turismo religioso. Algumas questões teóricas e metodológicas. *Imaginário (USP)*, v. 8, n. 8, EDUSP8.
- STEIL, Carlos Alberto. 2003. Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas. En: Abumanssur, Edin Sued (org.) *Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo*. Campinas, Papirus.
- STEIL, Carlos Alberto. 2009. Peregrinações e turismo religioso: sujeitos, objetos e perspectivas. En: Barreto, Margarita et al. *Turismo e antropologia: novas abordagens*. Papirus.
- TONIOL, Rodrigo. 2011. "O caminho é aqui": um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 9(3), Special Issue. pp. 69-82.





**Rodrigo Toniol** ([rodrigo.toniol@gmail.com](mailto:rodrigo.toniol@gmail.com)).

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudante associado ao Núcleo de Estudos da Religião (UFRGS), Núcleo de Pesquisa em Cultura Turismo e Sociedade (UFRGS) e Cultura, Ambiente e Educação (PUC/RS). Desenvolve pesquisas nas áreas de religião, corpo, saúde, ecologia e turismo.